

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BNDES), OCORRIDAS ENTRE O ANO DE 2003 E 2015 E RELACIONADOS À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS - CPI BNDES

**REQUERIMENTO N.º , DE 2019
(Do Sr. Vanderlei Macris)**

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido de requisição, ao Juízo da força-tarefa Lava Jato do Ministério Público Federal (MPF) no Paraná, 23ª Vara Federal de Curitiba, do compartilhamento em inteiro teor e arquivo pesquisável de todos os depoimentos objeto da delação premiada do Sr. Marcelo Odebrecht, ex-presidente do grupo Odebrecht, na referida Operação.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Art.58, § 2º, V da Constituição Federal e Art.36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado para que seja solicitado inteiro teor e arquivo pesquisável de todos os depoimentos objeto da delação premiada do Sr. Marcelo Odebrecht, ex-presidente do grupo Odebrecht, na referida Operação.

JUSTIFICAÇÃO

Depoimentos do Sr. Marcelo Odebrecht na Operação Lava, divulgados pela grande imprensa nos últimos anos, demonstram estreita relação do referido citado com os presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Documentos enviados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) também evidenciam a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que, 80% das obras relacionados à internacionalização de empresas brasileiras, foram realizadas pela companhia, então presidida pelo Sr. Marcelo Odebrecht.

Matéria do jornalista Aguirre Talento, publicada pela revista Época em 13/04/2018, informa que a “Polícia Federal obteve e-mails que revelam pressão e lobby da Odebrecht em troca de recursos bilionários do BNDES”. Segue a postagem:

“Em e-mail, presidente do BNDES prometeu ajuda a Marcelo Odebrecht

Material obtido pela Polícia Federal revela pressão da Odebrecht por financiamentos do banco e vai abrir nova frente de investigação no caso

AGUIRRE TALENTO

Revista Época - 13/04/2018 - 16h15

A Polícia Federal obteve e-mails que revelam pressão e lobby da Odebrecht em troca de recursos bilionários do BNDES. O material foi obtido com a apreensão de um computador do ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho, em maio do ano passado, e revelado com exclusividade por ÉPOCA na edição desta semana. Nas mensagens, Coutinho chega a prometer a Marcelo Odebrecht que se empenharia a destravar um financiamento para a empreiteira, referente às obras da Arena Corinthians, o Itaquerão. O material será usado pelos investigadores para abrir uma nova frente de investigação na Operação Bullish, desta vez sobre a Odebrecht –inicialmente, os investigadores miravam os aportes na JBS.

Nos preparativos para a Copa do Mundo no Brasil, a Odebrecht se comprometeu a construir o estádio do Corinthians, mas pressionava o governo por um auxílio financeiro. O BNDES formatou uma operação de empréstimo de R\$ 400 milhões. Seria liberada indiretamente via Banco do Brasil – este, porém, estava fazendo diversas exigências que irritaram a Odebrecht e travaram a liberação dos recursos.

Marcelo, então, recorreu a Coutinho, em diversas trocas de mensagens. Às 10h57 de 22 de setembro de 2012, o empresário enviou um e-mail com o assunto “Estádio SP”. “Faz exatamente seis semanas que estamos esperando do BB e BNDES uma proposta para o clube para que a Odebrecht assuma a gestão comercial e operacional do estádio em uma condição que seja aceitável para o clube (...). Estou quase implorando de joelhos esta proposta da equipe do BB e BNDES e não consigo tirar ela”.

Poucos minutos depois, às 11h05, Luciano Coutinho respondeu: “Vou conversar com minha equipe e com o BB já nesta 2af (segunda-feira). Depois chamo uma reunião geral. Vamos ver se é possível convergir”. Marcelo respondeu: “Obrigado. Vc é nossa tábua de salvação”. Em sua delação, o empreiteiro afirmou que pediu diretamente à presidente Dilma Rousseff que retirasse o Banco do Brasil da operação financeira e colocasse a Caixa Econômica Federal como intermediária do repasse do BNDES. Em novembro de 2013, o Corinthians e a Caixa fecharam o acordo para destravar o empréstimo do BNDES.

Marcelo Odebrecht também pressionou Coutinho a liberar aportes para a Odebrecht Agroindustrial em 2014, ano eleitoral. O assunto não apareceu na delação premiada do empresário. Em 22 de janeiro de 2014, Marcelo escreveu um e-mail para Coutinho: “Desculpe o longo documento anexo, mas a situação da ODB Agro, notadamente por conta da absorção dos ativos Brenco e política do governo para o setor, chegou a um ponto realmente crítico, e não podemos deixar de tomar medidas urgentes, ainda que drásticas, para

preservar a Odebrecht e sua capacidade de investimento". No longo documento encaminhado em anexo, Marcelo detalhou as dificuldades financeiras da empresa agroindustrial e pediu que o BNDES fornecesse um financiamento de longo prazo de R\$ 860 milhões, mais um aporte de R\$ 1 bilhão via aumento de capital do BNDESPar, sócio do grupo.

O caso só se resolveu no fim daquele ano, quando a Odebrecht Agroindustrial conseguiu captar, por meio da emissão de títulos de dívida, R\$ 2 bilhões do BNDESPar. A operação ocorreu perto das eleições.

No relatório de análise do material, a Polícia Federal considerou que esses e-mails comprovam "influência particular na atuação do BNDES" e mostram que "houve a possibilidade de influência política nas decisões técnicas", envolvendo tanto a Odebrecht como outras empresas. Para a PF, a constante troca de e-mails entre Marcelo Odebrecht e Luciano Coutinho "contradiz a maneira de condução institucional do BNDES por parte do presidente do banco estatal. Em seu depoimento, Luciano Coutinho afirma que não atende a demandas de empresários e que não há influência na equipe técnica, mas não é isso o que (está) demonstrado".

Em nota, a assessoria de Luciano Coutinho afirmou que os pleitos de empresários "sempre foram remetidos por Luciano Coutinho às instâncias técnicas pertinentes do BNDES. A orientação do ex-presidente sempre foi a de que os pleitos recebessem tratamento rigorosamente institucional, conforme as regras e procedimentos regulares do banco, sem qualquer tratamento privilegiado ou diferenciado. Foi o que ocorreu nos episódios mencionados". À PF, ele disse que não cabe ao presidente do BNDES acompanhar as discussões técnicas dos projetos em análise no banco e que nunca recebeu pressão política para favorecer alguma empresa. A Odebrecht não comentou."

Diante do exposto, faz-se necessário o recebimento dos registros oficiais da Operação Lava Jato para que o trabalho desta comissão logre êxito em seu foco de investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito do BNDES.

Peço a compreensão dos nobres pares para a aprovação desta solicitação.

Sala da Comissão, em de maio de 2019

Deputado VANDERLEI MACRIS
PSDB/SP